

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SAEMG**, inscrito no CNPJ sob o nº 19.289.479/0001-56, Código da Entidade Sindical nº 012.417.07003-2, devidamente representado por seu Presidente, Maurício Pereira de Jesus e, de outro lado, o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDUSCON - MG**, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.220.252/0001-29, Código da Entidade nº 001.086.07055-8 também representado por seu Presidente, Eduardo Kuperman, devidamente autorizados pelas Assembléias Gerais de suas entidades, nas seguintes condições:

I - DA VIGÊNCIA E DA DATA-BASE

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

As partes firmam a presente Convenção em 04 (quatro) vias de igual teor, a qual vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º (primeiro) de novembro de 2004 e expirando-se em 31 (trinta e um) de outubro de 2005.

CLÁUSULA SEGUNDA - DATA-BASE

Fica mantida a data-base em 1º de novembro.

II - DA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados pertencentes à categoria profissional conveniente serão reajustados, a partir de 1º de novembro de 2004, com o percentual de 8% (oito por cento), o qual incidirá sobre os salários vigentes no dia 1º do mês de novembro de 2003.

§ 1º - Ficam automaticamente compensadas as antecipações ou reajustes salariais espontâneos que tenham sido concedidos após 1º de novembro de 2003, ressalvando, porém, os aumentos ou reajustes salariais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizado, de acordo com a IN vigente do TST.

§ 2º - As partes declaram que o percentual ora negociado é resultado de transação livremente pactuada, bem como atende em seus efeitos quaisquer obrigações salariais vencidas a partir de 1º de novembro de 2003, decorrentes da legislação.

CLÁUSULA QUARTA - ADMISSÕES APÓS A DATA-BASE

Os empregados admitidos após 1º de novembro de 2003 terão o salário base nominal reajustado, a partir de 1º de novembro de 2004, com o mesmo percentual de correção aplicado aos admitidos anteriormente, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

§ 1º - Nas funções onde não houver paradigma, ou nas empresas que iniciaram suas atividades após 01/11/03, poderá ser adotado o critério de proporcionalidade, observada a seguinte tabela.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

DATA DE ADMISSÃO DO EMPREGADO	COEFICIENTE DE PROPORCIONALIDADE	PERCENTUAL
01/11 à 15/11/03	1,0800.....	8,00
16/11 à 15/12/03.....	1,0731.....	7,31
16/12 à 15/01/04.....	1,0662.....	6,62
16/01 à 15/02/04.....	1,0594.....	5,94
16/02 à 15/03/04.....	1,0526.....	5,26
16/03 à 15/04/04.....	1,0459.....	4,59
16/04 à 15/05/04.....	1,0392.....	3,92
16/05 à 15/06/04.....	1,0326.....	3,26
16/06 à 15/07/04.....	1,0260.....	2,60
16/07 à 15/08/04.....	1,0194.....	1,94
16/08 à 15/09/04.....	1,0129.....	1,29
16/09 à 15/10/04.....	1,0064.....	0,64

§ 2º - Os percentuais da tabela incidirão sobre o respectivo salário de admissão, ficando compensados todos e quaisquer aumentos, reajustes e antecipações salariais que tenham sido concedidos.

§ 3º - Para fazer jus ao percentual do mês, o empregado deverá ter sido admitido até o respectivo dia 15 (quinze), sendo que as admissões posteriores ao dia 15 provocam reajustamento pelo índice do mês imediatamente seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS E/OU OUTRAS VERBAS TRABALHISTAS, INCLUSIVE RESCISÓRIAS, DEVIDAS NOS MESES ANTERIORES AO DA ASSINATURA DESTES INSTRUMENTOS DE NOVEMBRO DE 2004

Em virtude da data em que as partes efetivamente fecharam esta negociação e assinaram este instrumento normativo, fica convencionado que quaisquer diferenças salariais, de verbas rescisórias e outras de natureza trabalhista devidas nos meses de novembro/04 e subsequentes, em razão da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, deverão ser pagas juntamente com a folha de pagamento do mês de março/05, sendo que em relação às verbas rescisórias, as empresas e/ou empregadores deverão emitir TRCT complementar, para ser pago no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da assinatura deste documento.

CLÁUSULA SEXTA - REEMBOLSO DE DESPESAS DE VIAGENS

As empresas e/ou empregadores deverão reembolsar as despesas de viagens à serviço, correspondentes a transporte, estadia e alimentação, desde que devidamente comprovadas com notas fiscais.

III - DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos salários poderá ser feito em cheques ou por cartão salário (sistema eletrônico).

IV - DA JORNADA DE TRABALHO E DAS AUSÊNCIAS

CLÁUSULA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE HORÁRIOS

Os empregados, inclusive mulheres e menores, poderão ser dispensados do trabalho aos sábados ou em qualquer outro dia de trabalho, em todo o expediente ou em parte dele, com a correspondente prorrogação da jornada de trabalho de segunda a sexta-feira, repetida a jornada avançada, nunca superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§ 1º - As horas compensadas na jornada de trabalho, conforme aqui estabelecido, não são extraordinárias, portanto, não sofrerão os acréscimos dos adicionais previstos neste acordo nem qualquer outro acréscimo.

§ 2º - Fica estabelecido que, inobstante a adoção do sistema de compensação de horário previsto nesta cláusula, o sábado deverá ser considerado como dia útil não trabalhado, e não dia de repouso semanal, para todos os efeitos, isso significando que o empregador poderá voltar a exigir o trabalho neste dia, em caso de necessidade de serviço.

§ 3º - Quando a empresa adotar o sistema de prorrogação e compensação de horário previsto neste acordo, e o feriado recair em um dia de 2ª à 6ª feira, poderá compensar as horas de prorrogação relativas àquele dia de feriado com o trabalho das horas correspondentes no sábado seguinte ou na semana subsequente. Se o feriado, porém, recair em um sábado, a empresa terá que abolir a prorrogação das horas correspondentes na semana que o anteceder, ou, então, pagá-las como se extraordinárias fossem.

§ 4º - Ficam as empresas e/ou empregadores autorizados, através de acordo individual e escrito diretamente com os seus respectivos trabalhadores, prorrogar a jornada de trabalho, em qualquer dia da semana, inclusive no sábado, especificando-os, para compensar dias-ponte de feriados legais ou recessos da empresa, a exemplo de: dias de carnaval, semana santa, natal, ano novo, etc.. Neste caso, as respectivas horas suplementares não serão remuneradas e nem consideradas extraordinárias para os efeitos da legislação trabalhista.

CLÁUSULA NONA - DO BANCO DE HORAS

Fica instituído para as empresas e trabalhadores representados pelas entidades convenientes, o regime de compensação de horas de trabalho, denominado **Banco de Horas**, na forma do que dispõem os parágrafos 2º e 3º do art. 59 da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pelo art. 6º da Lei nº 9.601 de 21/01/98.

Parágrafo único: Os critérios e condições que regerão a aplicação do instituto previsto no *caput* serão objeto de negociação direta entre o Sindicato Profissional e a Empresa e/ou Empregador.

V - DOS CONTRATOS ESPECIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Fica instituído para as empresas e trabalhadores representados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais - SINDUSCON/MG e pelo Sindicato dos Administradores no Estado de Minas Gerais - SAEMG, o Contrato de Trabalho por Prazo determinado, na forma do disposto na Lei nº 9.601 de 21/01/98, regulamentada pelo Decreto nº 2.490 de 04/02/98.

§ único: Os critérios e condições que regerão a aplicação do instituto previsto no *caput* serão objeto de negociação direta entre o Sindicato Profissional e a Empresa e/ou Empregador.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA- DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO

Fica facultado às empresas e trabalhadores representados pelas entidades convenentes, suspender o contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional, nos termos do disposto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.726, 03/11/98.

§ único: Os critérios e condições que regerão a aplicação do instituto previsto no *caput* serão objeto de negociação direta entre o Sindicato Profissional e a Empresa e/ou Empregador.

VI - DAS GARANTIAS ESPECIAIS

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DEFICIENTE FÍSICO

Fica recomendado às empresas e/ou empregadores, o aproveitamento na medida do possível, de mão-de-obra do deficiente físico em funções compatíveis, observado os parâmetros legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - GARANTIA CONTRA DISCRIMINAÇÃO

Fica convencionado que a discriminação de sexos não poderá constituir motivo para critérios de diferença salarial e promoções.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - EXAME MÉDICO PREVENTIVO

Recomenda-se às empresas e/ou empregadores que, por ocasião dos exames periódicos de saúde do empregado do sexo feminino, sejam incluídos os testes de prevenção de câncer ginecológico e de mama.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Será concedida garantia de emprego à gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, nos moldes da alínea b, do inciso II, do art. 10, do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, ressalvadas as hipóteses de cometimento de falta grave, término do contrato a prazo, término da obra e situações técnicas ou financeiras.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - ESTÁGIO CURRICULAR

Recomenda-se às empresas e/ou empregadores, dentro de suas possibilidades, facilitar ao empregado, desde que estudante universitário de Administração, o cumprimento de estágio curricular, quando exigido pela escola, dentro da própria empresa, observando-se a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

Recomenda-se às empresas e/ou empregadores, para que dentro de suas possibilidades, sendo solicitadas pelo empregado exercente da função de administrador, providenciem, em tempo hábil, a liberação do mesmo a fim de participar de eventos que visem o seu aprimoramento técnico e profissional.

VII - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - CONTRIBUIÇÃO DE FORTALECIMENTO SINDICAL

Os descontos deverão ser efetivados, em duas parcelas de 3% (três por cento) cada uma, nos meses de **abril/2005** e **outubro/2005** e recolherão o produto da arrecadação ao Sindicato Profissional, até o quinto dia útil de maio/2005 e novembro/2005, na conta nº 401338-0, da CAIXA, Agência nº 0084, Século, Belo Horizonte, MG, em guias próprias, que serão fornecidas pelo favorecido.

§ 1º: Se houver atraso no recolhimento do valor descontado dos empregados, as empresas deverão efetuar-lo com acréscimo da atualização monetária devida (IGP-M), bem como a multa de 2% (dois por cento) ao mês.

§ 2º: As empresas deverão enviar ao Sindicato Profissional a relação dos trabalhadores descontados com o respectivo nome, valor dos salários e com a discriminação dos respectivos valores recolhidos.

§ 3º: Ao trabalhador que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição direta e pessoalmente ao Sindicato ou mediante correspondência com AR (aviso de recebimento) enviado pelos Correios ao Sindicato da Categoria Profissional, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura da Convenção.

§ 4º: O trabalhador admitido no decorrer do ano de 2005 terá o mesmo desconto em seus salários nominal, incidindo a primeira parcela no mês subsequente ao da contratação.

§ 5º: Fica estabelecido que, na eventual Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, com base na Portaria nº 160 daquele órgão, na qual não se observar os termos consignados na Ata de Reunião entre a DRT/MG e os Sindicatos signatários deste instrumento datada de 14/12/2004, aquela empresa e/ou empregador que vier sofrer autuação, poderá suspender os descontos a partir da data da autuação.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES

As empresas e/ou empregadores se comprometem a realizar as homologações das rescisões de contrato de trabalho dos empregados administradores abrangidos por esta convenção e que realmente exercem a função, junto ao seu Sindicato (SAEMG), nos precisos termos do parágrafo 1º do artigo 477 da C.L.T.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

As partes se obrigam a observar, fiel e rigorosamente, a presente Convenção, por expressar o ponto de equilíbrio entre as reivindicações apresentadas pelo Sindicato Profissional e os oferecimentos feitos em contra-proposta pela entidade Sindical Patronal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - NÃO SUPERPOSIÇÃO DE VANTAGENS

Fica convencionado que, ocorrendo alteração na legislação, Acordo ou Dissídio Coletivo, não poderá haver, em hipótese alguma, a aplicação cumulativa de vantagens da mesma natureza com as desta Convenção, prevalecendo no caso a situação mais favorável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, denúncia ou revogação, total ou parcialmente, da presente Convenção ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

IX - DO JUÍZO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir as divergências na aplicação desta Convenção, decorrentes da relação de trabalho (art. 114 da CF/88).

E, estando assim convencionados, firmam a presente, em 04 (quatro) vias de igual teor, para que surta os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 03 de março de 2005.

Maurício Pereira de Jesus
Presidente do Sindicato Profissional
CPF nº 010.418.196-68

Eduardo Kuperman
Presidente do Sindicato Patronal
CPF nº 525.974.746-15